

Refletir sobre uma sociedade em constante mudança



O Diretor da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), João de Almeida Santos, apresenta o “Centro de Investigação em Política, Economia e Sociedade” (CIPES), de que é o Investigador Responsável. No decorrer da conversa, reflete-se sobre o contributo que a Ciência pode dar na preparação de um futuro melhor no quadro de uma democracia de maior qualidade.



Recentemente criado, o CIPES é uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento de natureza multidisciplinar que funciona como extensão científica da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e da Escola de Ciências Económicas e das Organizações, integradas na ULHT, Universidade Lusófona. No contexto da sua

génese – e subjacente ao imperativo de “otimizar recursos”, atribuir “uma maior dimensão ao trabalho existente” e “alargar o número de projetos a desenvolver” – encontramos a agregação de dois organismos científicos acreditados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (o CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política, Re-

lações Internacionais e Segurança e o CPES – Centro de Pesquisa e Estudos Sociais), aos quais se junta o CEO – Centro de Investigação de Economia e das Organizações e um núcleo de investigadores da Universidade Lusófona do Porto.

Agregando atualmente 53 investigadores (26 membros integrados e 27 colaboradores), o CIPES apresenta-se como instituição pluridisciplinar, capacitada para a produção de novo e urgente conhecimento em áreas como as da Ciência Política, das Relações Internacionais, da Economia, da Gestão, da Sociologia, das Tecnologias da Informação, do Turismo e da Ciência das Religiões. Comum na abordagem de um tão vasto leque de áreas é a assumida preocupação de, tal como enfatiza João de Almeida Santos, “investigar os grandes temas que se relacionam com a sociedade e que lhe interessam”. Concomitantemente, o compromisso do CIPES não passa apenas pela realização de investigação científica fundamental, mas pela materialização de um output “que sirva, de algum modo, o nosso país e contribua para ajudar a resolver, ou a analisar melhor, os grandes problemas de áreas que necessitam de intervenção”, diz o nosso interlocutor, numa referência à importância de “fornecer instrumentos de apoio à decisão relativamente ao futuro” da nossa sociedade.

Dotado de uma forte componente internacional – que se materializa através da regular presença de elementos do CIPES em Congressos e demais plataformas de debate internacional e no acolhimento de investigadores estrangeiros –, é em quatro grandes Programas Científicos que o CIPES centrará, entre 2019 e 2022, o foco da sua atividade. Acompanhando a realidade portuguesa, embora proponha também soluções para problemas de natureza global, os grandes eixos temáticos incluem: Segurança Pública vs. Segurança Privada (refletindo sobre temáticas como a insuficiente regulação a que se encontram sujeitos os agentes de segurança privada ou como o Estado deverá dialogar com as empresas do setor), os

Movimentos Políticos Não-Partidários (analisando o crescimento e a afirmação, no panorama autárquico português, de forças não partidárias e o estado de saúde do tradicional sistema partidário), Sociedade do Conhecimento, Redes e TICs – Um Novo Paradigma para o Século XXI (estudando o impacto das novas tecnologias não apenas sobre as relações interpessoais, mas também sobre as relações laborais ou a relação dos agentes políticos com o eleitorado) e, por fim, Estratégias de Desenvolvimento Regional (estudando soluções que permitam combater as assimetrias regionais e contribuir para reforçar a competitividade, a demografia e o desenvolvimento dos territórios que se encontram integrados nas Comunidades Intermunicipais do Alentejo Central – CIMAC - e das Beiras e Serra da Estrela - CIMBSE).

Investigar o presente, conhecer o futuro

Acreditando que o conhecimento se assume como um catalisador indispensável para a análise e melhoria da nossa vida diária numa sociedade em constante transformação, é com valiosa fluidez que os projetos científicos dinamizados no âmbito do CIPES procuram o estudo aprofundado em torno de realidades complexas (tais como o papel do Estado na manutenção da segurança ou a natureza das novas tecnologias de informação e comunicação), atribuindo, ainda assim, uma resposta prática a “assuntos e problemas concretos”. Posto isto, numa época em que o número de utilizadores conectados à internet já ascendeu aos 4 bilhões à escala mundial (de acordo com os dados proporcionados pela Internet World Stats), não deverá constituir surpresa que uma das prioridades apontadas por João de Almeida Santos envolva o desenvolvimento de “investigação fundamental que permita compreender a relação entre a tecnologia, a vida e o ser humano”.

A escolha de um tema tão vasto não se revela, todavia, inocente. “As tecnologias



Almeida Santos) – está o modo como a já mencionada força política conseguiu utilizar a plataforma Meetup, “uma rede que permite a auto-organização e a automobilização”, para “se consolidar no terreno” e apresentar-se como alternativa para os cidadãos descontentes com o establishment político.

Mais, no entanto, do que estabelecer juízos de valor sobre a natureza destes fenómenos, os projetos de investigação desenvolvidos por entidades como o CIPES permitem atribuir legitimidade e evidência científica à necessidade de “fazer política a partir da cidadania”, ou sob uma perspetiva mais horizontal, reconhecendo em cada indivíduo uma voz ativa para um saudável prosseguir da Democracia. Com efeito, “se até hoje o cidadão era um recetor, a situação está a inverter-se e é preciso que o sistema político de partidos reconheça esta mudança”, argumenta o porta-voz, numa referência a um comportamento que, se ignorado, continuará a motivar “o aparecimento de respostas de natureza populista”.

Observar a realidade portuguesa

Mediante os exemplos mencionados, facilmente se compreende o alcance internacional do input que o coletivo de investigadores do CIPES tem vindo a materializar, acrescentando a sua voz a um de-

bate de pertinência global, para o qual ainda escasseiam respostas definitivas. Claro está, por outro lado, que numa reflexão sobre a temática dos movimentos políticos não-partidários jamais poderia faltar um exame sério à conjuntura da democracia portuguesa, o que já tem vindo a ser feito por vários investigadores do Centro. De facto, e embora o nosso país apresente “um comportamento absolutamente exemplar” no que diz respeito aos “índices de civilização” e à ausência de narrativas de ódio e de exclusão, também em Portugal se verificam interessantes mutações no sistema democrático, nomeadamente à escala do Poder Local.

Particularmente relevante para o CIPES será compreender “por que razão estão a aparecer tantos movimentos não partidários nas eleições autárquicas”, principalmente à mercê de um enquadramento legal em que “os condicionalismos são enormes” (já que as leis portuguesas apenas têm possibilitado a presença deste tipo de plataformas cidadãs no panorama da política local). Concretamente falando, em termos de Assembleias de Freguesia, os movimentos não-partidários “representam já a terceira força nacional”, bem como “a quarta força política em número de Presidências de Câmaras Municipais”. Especialmente ilustrativo é, aliás, o caso de municípios como Oeiras e Porto, “em que o sistema tradicional foi completamente derrotado por um movimento não-partidário”. Interessado na natureza destes novos fenómenos, o coletivo de investigadores liderado por João de Almeida Santos pretende colocar também a tónica na relação entre o modo como as forças tradicionais “estão a falhar no Poder Local e, como alternativa, a cidadania está a reagir à falta de respostas”.

Publicar e internacionalizar

Comprometidos, desde a primeira hora, com os mais nobres valores da Democracia e do Humanismo, os membros do CIPES não se têm poupado a esforços no

estabelecimento de projetos transfronteiriços, junto dos mais variados congéneres internacionais. Digna de nota, neste âmbito, é a candidatura a um programa que o Centro (em parceria com instituições como a Universidade ‘Charles’ de Praga, a Universidade ‘Tuscia’, de Itália, e a Fondazione Di Vittorio) já submeteu à União Europeia, em torno da temática do “Hate Speech” nas plataformas digitais e em rede. Fazendo referência ao seu título, este corresponde a um trabalho científico no contexto do qual se abordarão problemáticas como “a expansão dos discursos de ódio, antidemocráticos e de rutura”, bem como “os mecanismos com que será possível combatê-los” e, desse modo, contribuir para dirimir o impacto das tendências mais perigosas da atual política mundial. É igualmente de destacar a participação dos seus investigadores noutros projectos internacionais financiados pela União Europeia em diversas áreas, desde a Economia ao Turismo.

Ainda que emblemático, este projecto corresponde apenas a uma das inúmeras – designadamente na área da economia para o desenvolvimento sustentável, a inovação e o empreendedorismo – frentes em que o CIPES promete marcar presença num percurso que, ao longo dos próximos anos, coincidirá com a renovada tónica na internacionalização de projetos de investigação ou na organização de Congressos e Seminários de reflexão científica. Paralelamente, manter-se-á a ênfase na publicação de obras (através da Edições Universitárias Lusófonas) e de revistas científicas (existindo, neste momento, quatro títulos em circulação, ResPublica, Fluxos & Riscos, R-Lego e Revista de Ciência das Religiões) que, para além da promoção de trabalhos de investigação desenvolvidos no Centro (a par da divulgação de trabalhos de investigadores de outras Instituições e países), contribuirão para o esclarecimento de uma sociedade em constante mudança e, desde logo, a necessitar do contributo que só a Ciência pode proporcionar.

estão de tal modo desenvolvidas que funcionam, praticamente, como próteses que podem capturar o próprio utilizador”, argumenta o investigador responsável do CIPES, numa referência às transformações que a ubiquidade das redes sociais ou o acesso crescente (e cada vez menos filtrado) à informação têm provocado quer nas interações humanas quer na dinâmica com que as sociedades são compreendidas e, inclusivamente, governadas. “Hoje em dia, já existem partidos digitais no poder”, recorda o nosso interlocutor, salientando o caso da democracia italiana, liderada pelo Movimento 5 Estrelas. Subjacente ao cariz paradigmático deste exemplo – e à luz do que se encontra publicado em artigos científicos como “Conectividade: Uma Chave para a Política do Futuro” (da autoria de João de



Conferência sobre Segurança e Terrorismo Internacional com o General Terry Wolff, A Encarregada de Negócios da Embaixada USA, Herro Mustafa, o Presidente da FLAD, Vasco Rato, e o Investigador Responsável do CIPES, João de Almeida Santos.